

AMPLIANDO A NOÇÃO DE CONTEXTO NA LINGÜÍSTICA SISTÊMICO-FUNCIONAL E NA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO*

J. L. Meurer**

Resumo: Apesar de todos os avanços realizados por pesquisadores na Lingüística Sistêmico-Funcional (LSF) e na Análise Crítica do Discurso (ACD) na descrição da estreita relação entre a linguagem e o contexto social, verifica-se ainda a necessidade de teorizações mais amplas sobre essa questão. Neste artigo exploro aspectos da teoria da estruturação de Giddens como ferramentas para a análise de contexto em estudos do discurso. Concentrando-me em regras e recursos como propriedades estruturadoras da vida social, exemplifico como essas noções podem ser usadas para especificar elementos contextuais na SFL e ACD. Para isto, analiso aspectos de um texto de Chomsky, “Sobre os Bombardeios”, de 11 de setembro, 2001. Apresento também a noção de intercontextualidade para me referir a contextos que se entrecruzam com outros contextos. Minha preocupação central é tentar expandir os conhecimentos sobre a inter-relação entre linguagem e estruturação social.

Palavras-chave: contexto social; lingüística sistêmico-funcional; análise crítica do discurso; teoria da estruturação.

1 INTRODUÇÃO

Um dos princípios centrais da lingüística sistêmico-funcional (LSF) estabelece que todas as possíveis redes semânticas¹ devem se relacionar a especificações contextuais “**acima**” dessas redes em termos de “categorias de alguma teoria social geral ou teoria de comportamento”, e “**abaixo**”, em termos

* Este artigo é uma versão semelhante a Meurer (2004).

** Docente do Programa de Pós-Graduação em Letras/Inglês da Universidade Federal de Santa Catarina. Doutor em Lingüística.

¹ Redes semânticas são redes de opções de significados potenciais para criar, por exemplo, representações de diferentes aspectos da realidade. Em termos de *processos*, as redes semânticas são constituídas de três opções principais: os processos materiais, os mentais e os relacionais. Por exemplo, na oração EU ODEIO SEGUNDA-FEIRA (em uma *tirinha cômica* de Garfield) o processo escolhido é mental: *odeio*. Cada tipo de processo, por sua vez, será acompanhado por elementos de uma nova rede semântica de participantes. No caso dos processos mentais, as opções de participantes são o *experenciador* e o *fenômeno*. Assim, em *eu odeio segunda-feira*, o experienciador é *eu*, i.e., quem sente, ou percebe, ou (não) tem afeição, e o fenômeno é *segunda-feira*, aquilo com que o experienciador se relaciona mentalmente. Não há *circunstância* nesta oração, mas uma possibilidade seria a ocorrência de um grupo adverbial como *agora*, ou *desde criança*, etc.

de “categorias de formas lingüísticas do extrato da gramática” (HALLIDAY, 1973, p. 69). Em outras palavras, em análises de textos realizadas com base na LSF, todos os significados têm uma conexão direta com o contexto social – “acima” e, também, uma conexão direta com os elementos lexicogramaticais – “abaixo”. Na LSF, portanto, não se analisa um texto unicamente em termos dos elementos lexicogramaticais. Ao invés disso, cada significado deve ser relacionado simultaneamente a rotinas sociais e a formas lingüísticas.

Devido a este princípio geral, avanços importantes a respeito das interconexões entre texto e contexto vêm sendo alcançados por pesquisadores em LSF e em outras áreas de estudo da linguagem, especialmente na análise crítica do discurso (ACD). Por exemplo, na LSF, o *contexto da situação*, subdividido em *campo*, *relações e modo*², e o *contexto da cultura* com sua ligação a aspectos socioculturais mais amplos da atividade humana têm sido usados para descrever ramificações importantes da linguagem e do contexto com respeito a *registro* (HALLIDAY, 1978; HALLIDAY e HASAN, 1989; HASAN, 1996) e *gênero* (MARTIN, 1984; EGGINS, 1994; BUTT *et al*, 2001). Na ACD, Fairclough e Wodak (1997, p. 271-279), por exemplo, procuram explicar a relação entre linguagem e contexto discutindo tópicos de caráter social como: “a ACD investiga problemas sociais”; “as relações de poder são discursivas”; “o discurso constitui a sociedade e a cultura”; “a ligação entre o texto e a sociedade é mediada”; e “o discurso é uma forma de ação social”, (de forma semelhante a Fairclough, 1989, 1992, 1993, 1995; e Wodak, 1996).

Existe um consenso em LSF e ACD de que o contexto tem implicações cruciais para a análise da linguagem em uso. Em 1978, em seu livro – hoje um clássico – sobre a linguagem como “semiótica social”, Halliday enfatiza que os critérios para descrever o contexto devem ser sociológicos, i. e., “baseados em alguma teoria da estrutura social e de suas mudanças”. Com base nesta perspectiva, ele alerta:

Se descrevermos o contexto da situação em termos de observações *ad hoc* sobre o ambiente onde a linguagem é usada, poderemos dizer que isto é uma consideração ‘social’ da linguagem, porém dificilmente ‘sociológica’, já que os conceitos nos quais nos baseamos não são parte de nenhum tipo de teoria social geral. (HALLIDAY, 1978, p. 34-35, minha tradução)

Apesar dos desenvolvimentos já obtidos a partir da proposta de Halliday

² *Field, tenor e mode*, em inglês.

sobre a necessidade de uma teoria social para descrever a relação dos significados com o contexto, é necessário problematizar em maior grau as noções sociológicas sobre a interação ente discurso e contexto (observado também em Chouliaraki e Fairclough, 1999; Meurer, 1999, 2000; Lemke, 2001; Hasan, 1999, 2004, por exemplo). Em dois longos artigos – *Speaking with reference to context* e *Analysing discursive variation* – Hasan (1999 e 2004, respectivamente) observa que a noção de contexto se tornou uma espécie de apêndice não-teórico que precisa ser explicado em escala mais ampla. Essas e outras publicações de Hasan privilegiam o chamado *contexto da situação*, mas não o *contexto da cultura*. Neste trabalho, buscando expandir os conhecimentos sobre esta última dimensão do contexto e sua interação com o discurso, discuto e aplico aspectos da *teoria da estruturação* do sociólogo inglês Anthony Giddens (1979 e 1984). Meu objetivo é desenvolver uma fundamentação sociológica abrangente para a descrição e explicação da interdependência entre textos e contextos mais amplos. Não raro, tal interdependência torna-se naturalizada e despercebida.

Em meu esforço para ampliar as bases teóricas de análise do contexto já disponíveis na LSF e na ACD, proponho o uso do termo *intercontextualidade*, em analogia à *intertextualidade* e *interdiscursividade*. A intercontextualidade é a condição em que dois ou mais contextos se interligam e interpenetram em uma determinada prática social. Na intercontextualidade um contexto é “levado” para outro contexto e dá-se o compartilhamento de características de ambos, muitas vezes com o predomínio de um sobre o outro. Por exemplo, as economias nacionais são cada vez mais intercontextuais porque são influenciadas por economias de outras nações. São cada vez mais intercontextuais porque compartilham características que se originam além das fronteiras nacionais e se estendem a outros contextos. A intercontextualidade neste sentido resulta do processo de globalização, ao mesmo tempo em que o acentua. Ações como aquelas representadas no texto de Chomsky que apresento logo abaixo têm base intercontextual porque dependem de um número de contextos diferentes – religiosos, políticos, econômicos, militares – instanciados por diferentes agentes investidos com diferentes identidades, em diferentes países. Com a complexidade do mundo contemporâneo, muitos contextos se sobrepõem e se mesclam, com crescente grau de intercontextualidade³.

³ A noção de intercontextualidade pode ser aplicada também ao estudo da interação entre o global e o local na construção das identidades sociais (como discutido, por exemplo, em Moita Lopes, 2003, p. 16-17).

As noções sociológicas que apresentarei são oferecidas como elementos para uma contextualização mais abrangente da análise de textos, em um esforço que precisa ser elaborado em maior profundidade em pesquisas e publicações futuras. Em relação aos trabalhos sobre contexto no âmbito da LSF, minha proposta diz respeito ao *contexto da cultura*, enquanto que no âmbito do modelo tridimensional da ACD de Fairclough (1989, 1992), diz respeito à análise de *textos como prática social*. Exemplificarei as noções apresentadas por intermédio da análise – em alguns pontos com o apoio da LSF – do seguinte texto escrito por Chomsky em inglês e circulado também em português na Internet e em jornais brasileiros, entre eles, o *Globo*, nos dias seguintes ao ataque de 11 de setembro às torres do World Trade Center, em Nova Iorque⁴.

Sobre os Bombardeios

Os ataques de hoje foram grandes atrocidades. Em termos de número de vítimas, o ataque não chega ao nível de outras tragédias como, por exemplo, o bombardeio do Sudão pelo governo Clinton, que aconteceu sem nenhum pretexto aparente, destruindo metade dos suprimentos farmacêuticos do país e matando um número desconhecido de pessoas (ninguém sabe ao certo quantas – os Estados Unidos bloquearam um pedido para abrir inquérito nas Nações Unidas e ninguém fez muito esforço para continuar). Isso sem falar em casos muito piores que vêm à mente. Mas, seja como for, esse crime foi horrendo, não há dúvida. As principais vítimas, como sempre, foram os trabalhadores: faxineiros, secretárias, bombeiros, etc. Isso repercutirá sem dúvida na vida de gente pobre e oprimida como os palestinos. Levará provavelmente também a medidas de segurança mais duras com perda de direitos civis e liberdades internas.

Os eventos de ontem revelam, dramaticamente, a bobagem de idéias sobre “defesa de mísseis”. Como era óbvio desde sempre – e mostrado repetidamente por analistas estratégicos – se alguém quiser fazer grandes estragos nos Estados Unidos, inclusive com o uso de armas de destruição de massa, dificilmente vai recorrer a um ataque de mísseis. Há inúmeras formas mais fáceis de causar destruição e que são basicamente impossíveis de serem impedidas. Mas os eventos de hoje irão, mesmo assim, ser usados para aumentar a pressão para se desenvolver esse tipo de sistema e pô-lo em prática. A “defesa” é um pretexto fraco para planos de militarização do espaço. Mas, com um bom programa de relações públicas, mesmo os

⁴ O título original em inglês: *On the Bombings*.

argumentos mais fracos ganham peso frente a uma opinião pública assustada. Em resumo, o crime é um presente para a direita mais reacionária, aqueles que esperam usar a força para controlar seus domínios. Isso sem contar as prováveis ações americanas⁵ e o que elas causarão – provavelmente outros ataques como esse ou coisa ainda pior. As perspectivas futuras são ainda piores do que elas eram antes das últimas atrocidades.

Quanto a saber de que forma devemos reagir, temos uma escolha. Podemos expressar um horror justificado ou podemos tentar entender o que pode ter levado aos crimes, ou seja, fazer um esforço para entrar na cabeça de quem cometeu aqueles atos. Se escolhermos a última opção, não podemos fazer nada melhor, creio eu, do que prestar atenção nas palavras de Robert Fisk, cujo conhecimento direto dos assuntos da região, após anos de coberturas jornalísticas, não tem concorrente. Descrevendo “a crueldade perversa e impressionante de um povo esmagado e humilhado”, ele diz que “não se trata de uma guerra da democracia contra o terror – o que vão tentar fazer o mundo acreditar nos próximos dias. Trata-se também de mísseis americanos esmagando lares de palestinos e helicópteros americanos atirando em uma ambulância no Líbano em 1996 e bombas americanas destruindo uma pequena vila chamada Qana e uma milícia libanesa – paga e uniformizada por Israel, um aliado dos Estados Unidos – espancando, estuprando e assassinando tudo o que passava pela frente até em campos de refugiados”. E há mais, muito mais. De novo, temos uma escolha a fazer: podemos tentar entender o que se passou, ou nos recusar a fazê-lo, contribuindo assim para a possibilidade de que coisas ainda piores aconteçam no futuro. [Noam Chomsky (<http://www.zmag.org>, consultado em 23/09/2001)]

A teorização sobre o contexto que apresento a seguir focaliza as três seguintes noções sociológicas derivadas da teoria da estruturação: *práticas sociais*, *prescrições de papéis*⁶ e estruturas sociais em forma de *regras e recursos*. Essas três perspectivas ou dimensões são necessárias porque, de acordo com Giddens (1979, p. 117), “os sistemas sociais são constituídos de *práticas sociais*” que, por sua vez, são “pontos de articulação entre *atores*” humanos desempenhando papéis em *estruturas sociais*

⁵ Seria preferível que Chomsky dissesse “dos Estados Unidos” ao invés de “americanas”. Esta observação se aplica a todas as ocorrências iguais deste adjetivo, tanto no masculino como no feminino.

⁶ Ou *atribuição de papéis identitários*.

específicas (minha ênfase). Usadas em conjunto, essas noções possibilitam um panorama amplo do “fluxo ativo da vida social” (GIDDENS e PIERSON, 1998, p. 76) e, portanto, um panorama de interconexões entre texto e contexto. A teoria da estruturação é relevante devido a sua abrangência para captar a vida social como dinamicamente organizada em um fluxo de práticas interligadas que podem, simultaneamente, (a) reproduzir identidades, relações e modos de conceituar o mundo (FAIRCLOUGH, 1992), ou (b) desafiar e contribuir para mudar essas identidades, relações e conceituações, promovendo novos fluxos de práticas sociais. Abordarei, em primeiro lugar, práticas sociais e prescrições de papéis e, em seguida, regras e recursos.

2 PRÁTICAS SOCIAIS

As práticas sociais podem ser definidas como aquilo que as pessoas fazem, isto é, as atividades em que se engajam ao conduzir a vida social. As práticas incluem as atividades do dia-a-dia, incluindo o uso de textos como a publicação de Chomsky, por exemplo, que é uma mistura dos gêneros *discussão* e *exposição exortativa* (MARTIN, 1989; BUTT *et al.*, 2001). As práticas sociais, embora possam incluir ações inesperadas – o lançamento de mísseis⁷ – como aquelas avaliadas por Chomsky em seu texto, podem ser definidas, mais tipicamente, como os “modos habituais, ligados a perspectivas temporais e espaciais específicas, em que os indivíduos aplicam recursos (materiais ou simbólicos) para agir em conjunto no mundo” (CHOULIARAKI e FAIRCLOUGH, 1999, p. 21). As práticas são “constituídas ao longo da vida social – nos domínios especializados da economia e da política, por exemplo, mas também no domínio da cultura, incluindo a vida do dia-a-dia” (*ibid*). Concordo com Chouliaraki e Fairclough (*ibid*) que é importante considerar as práticas sociais na análise da ação humana, incluindo o uso de textos, porque “constituem um ponto de conexão entre as estruturas sociais abstratas e eventos concretos – entre ‘sociedade’ e pessoas vivendo suas vidas”⁸. Aspectos dessas estruturas são focalizados no presente trabalho (na seção sobre “estruturas sociais: regras e recursos”).

Como representado na Figura 1, não existe prática social independente de prescrições relativas a papéis/identidades sociais e estruturas sociais mais amplas

⁷ Na verdade uma prática *anti*-social, como observou Judith Hoffnagel (UFPE) em comunicação pessoal.

⁸ Esta idéia é desenvolvida por Giddens (1979, 1984), já observado em outras palavras no parágrafo anterior.

em forma de regras/recursos (noções desenvolvidas mais abaixo). Em uma analogia ao conceito de *cadeias de textos* (BAKHTIN, 1992), sugiro a incorporação à LSF e à ACD do termo *cadeias de práticas* para indicar que cada prática social sempre se relaciona a outras práticas no mesmo contexto e/ou em outros contextos, em situações de intercontextualidade.

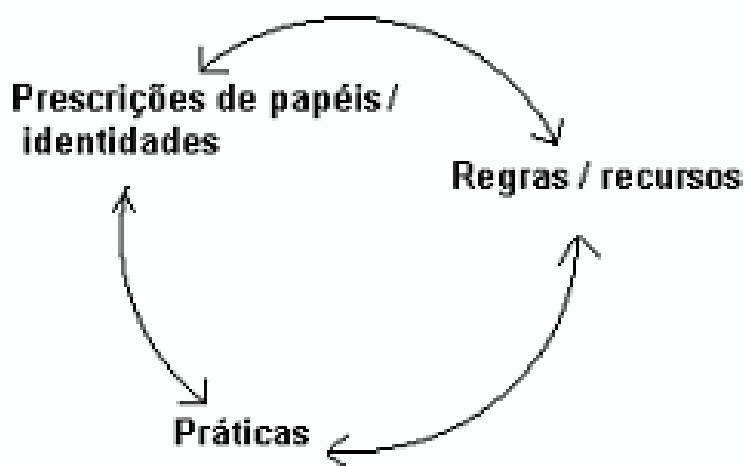


Figura 1 – Diagrama generalista de influências entre prescrições, práticas sociais e regras/recursos (de acordo com GIDDENS, 1979, p. 117).

No texto de Chomsky, algumas das práticas (a maioria delas aterrorizantes) a que ele se refere são: “o bombardeio do Sudão pelo governo Clinton”; a destruição da “metade dos suprimentos farmacêuticos do país”; o bloqueio, pelos Estados Unidos, a “um pedido para abrir inquérito nas Nações Unidas”; “medidas de segurança mais duras”; “fazer grandes estragos nos Estados Unidos”; “o uso de armas de destruição de massa”; “um ataque de mísseis”; “inúmeras formas de causar destruição”; “aumentar a pressão para se desenvolver esse tipo de sistema e pô-lo em prática”; “militarização do espaço”; “usar a força para controlar seus domínios”; “outros ataques como esse ou coisa ainda pior”; “expressar um horror justificado”; “mísseis americanos esmagando lares de palestinos”; “helicópteros americanos atirando em uma ambulância no Líbano”; “bombas americanas destruindo uma pequena vila chamada Qana”; “uma milícia libanesa [...] espancando, estuprando e assassinando”; “tentar entender”.

Na ampliação do contexto que estarei elaborando abaixo, as práticas sociais devem ser vistas como parte do panorama tridimensional da Figura 1. Examinadas

em conjunto com prescrições de papéis e regras e recursos (ver as próximas seções) as práticas sociais são, desta forma, situadas num contexto amplo de base sociológica. Note-se que a maioria das práticas representadas no texto de Chomsky envolve os Estados Unidos como uma nação, retratando uma identidade nacional de país que acabou de sofrer atrocidades, todavia em consequência de incursões ainda mais violentas sobre outros países e de investidas para controlar esses países por intermédio de força militar.

3 PRESCRIÇÕES DE PAPÉIS

A dimensão das prescrições relativas a papéis sociais, intimamente relacionadas com posição social e identidade, é essencial à teoria de estruturação porque põe em cena a noção de agentividade – o fato de que os indivíduos agem – na implementação da ação humana. Sem agentividade não pode haver práticas sociais nem instanciação ou manifestação de estruturas sociais. As prescrições de papéis podem ser definidas como “prerrogativas e obrigações” (GIDDENS, 1979, p. 118) associadas a identidades sociais específicas. Identidades, por sua vez, são categorias ou tipificações feitas “com base em algum critério ou critérios sociais definitivos, tais como ocupação ou profissão, relação de parentesco, faixa etária” (ibid, p. 118), orientação sexual, filiação religiosa ou político-partidária, nacionalidade, língua materna, moradia, grupo étnico, poder aquisitivo, habilidade física e outros. Tais prerrogativas e obrigações são fragmentadas e se interconectam com o potencial de agentividade, o poder para agir. No texto de Chomsky, por exemplo, as identidades mais significativas incluem: o próprio Chomsky, Robert Fisk, as Nações Unidas e várias nações: Estados Unidos, Sudão, Líbano e Israel. Além disso, há referências lexicais a identidades mais gerais como: “palestinos”, “vítimas”, “trabalhadores”, “faxineiros”, “secretárias”, “bombeiros”, “gente pobre e oprimida”, “a direita mais reacionária”, “quem cometeu aqueles atos”, “um povo esmagado e humilhado”, “uma pequena vila chamada Qana”. Cada uma dessas identidades incorpora diferentes prescrições.

Em trabalhos que se apóiam na LSF, os papéis e as identidades têm sido analisados sob a perspectiva da noção de *relações*⁹ e suas interconexões com a *metafunção interpessoal* da linguagem, realizada pelo *sistema lexicogramatical*

⁹ *Relações* é o termo técnico que corresponde a *tenor* em inglês.

de *modo*. Por exemplo, Fairclough (1989, 1992, 1995), Heberle (1997, 2001), Reichmann (2001) e Silva (2002) usam este aspecto da LSF como método para explorar identidades e relações em ACD. O ponto a enfatizar aqui – e a ser mais elaborado em trabalhos futuros – é que os textos surgem em contextos (e situações de intercontextualidade¹⁰) caracterizados sempre pela inter-relação tridimensional representada na Figura 1: identidades, práticas sociais e regras/recursos (ver a próxima seção). A análise de texto realizada tanto da perspectiva da LSF como da ACD pode ser enriquecida com a exploração de princípios teóricos relativos à sua interação com essas três dimensões sociais, explicadas na teoria da estruturação.

Na ampliação de contexto que estou propondo, poderíamos explorar identidades e prescrições de papéis para procurar expor tensões não resolvidas e mesmo contradições, pois as identidades são influenciadas por conexões intercontextuais e são, portanto, dinâmicas, fluidas e controvertidas¹¹. Ou poderíamos, também, explorá-las em contato com outras identidades para investigar como, por exemplo, certas ações são legitimadas dependendo de quais identidades estejam em jogo. No texto de Chomsky, para ilustrar, ele mostra que um ataque de Clinton contra o Sudão (que envolve a “nossa” identidade, i.e., dos Estados Unidos, contra a “deles”, i.e., dos “terroristas”) foi, de alguma forma, justificado pelo congresso dos Estados Unidos ao bloquear um pedido de inquérito sobre o ataque. Não haverá legitimação, entretanto, se o ataque for “deles” (supostamente o “eixo do mal”¹²) contra “nós” (supostamente o “eixo do bem”). Algumas dessas perspectivas serão ilustradas nas próximas seções, pois prerrogativas e obrigações associadas a identidades específicas dependem do inter-relacionamento das identidades com regras e recursos implicados em diferentes práticas sociais, como veremos abaixo.

¹⁰ A noção de *re-semiotização* (IEDEMA, 2003) certamente poderia ser explorada com respeito à re-textualização de significados em novos contextos, mas deixo esta perspectiva para outra oportunidade.

¹¹ A noção de identidade precisa ser problematizada para além da proposta da SFL relativa ao contexto da situação. Publicações tais como *Identidades Fragmentadas* (MOITA LOPES, 2002) são importantes para captar a natureza complexa das identidades. Na ACD, trabalhos sobre a construção discursiva de identidades nacionais realizados por Wodak *et al.* (1999, p. 187), por exemplo, avançam nessa área, mostrando que as “identidades não deveriam ser percebidas como estáticas, mas sim como entidades dinâmicas, vulneráveis e ambivalentes”.

¹² Termo utilizado pelo presidente dos Estados Unidos na época dos ataques.

4 ESTRUTURAS SOCIAIS: REGRAS E RECURSOS

Esta perspectiva do contexto é a que tem recebido menos atenção na LSF e mesmo em trabalhos de base crítica. Considero, portanto, que a sua ampliação é a contribuição mais relevante do presente trabalho para uma descrição de contexto com orientação sociológica, em resposta à chamada de Halliday há quase trinta anos. Na teoria da estruturação, “a estrutura é expressa primariamente nas coisas que as pessoas fazem de uma maneira regular e institucionalizada” (GIDDENS e PIERSON, 1998, p. 78). Em vez de se assemelhar a um padrão fixo de configuração visual como, por exemplo, “o esqueleto ou a morfologia de um organismo ou as vigas de concreto que sustentam um edifício”, a estrutura é concebida como “regras e recursos envolvidos recursivamente na reprodução social” (GIDDENS, 1984, p. 16). As regras e os recursos constituem *propriedades estruturadoras*, conforme enfatiza Giddens. São essas propriedades que nos permitem reconhecer determinadas práticas sociais como semelhantes ou “as mesmas” devido à sua estabilidade, embora temporária, no tempo e no espaço. Por exemplo, gêneros textuais são formas de práticas sociais reconhecidas por terem formas e funções que se repetem (BAKHTIN, 1992).¹³ As noções de regras e recursos como propriedades estruturadoras são explicadas e exemplificadas a seguir.

5 REGRAS COMO PROPRIEDADES ESTRUTURADORAS: ELEMENTOS NORMATIVOS E CÓDIGOS DE SIGNIFICAÇÃO

Na teoria da estruturação, “todas as práticas envolvem um conjunto de regras que ocorrem simultaneamente e se conectam de maneira bastante solta” (COHEN, 1989, p. 239). As regras, por sua vez, contêm dois aspectos: *elementos normativos* e *códigos de significação* (figura 2). Os elementos normativos dizem respeito às “*sanções* aos modos de conduta social” ou “*técnicas* ou procedimentos generalizáveis aplicados à implementação / reprodução da vida social”, enquanto que os códigos de significação correspondem à face *semântica* das regras e dizem respeito, portanto, à “*constituição de significações*” (GIDDENS, 1984, p. 21). Em outras palavras, o aspecto *normativo* ou *regulativo* das regras tem a ver com “a maneira apropriada ou legítima em que as atividades devem ser realizadas, bem como com as sanções positivas e negativas que são aplicáveis às atividades tacitamente ou de forma

¹³ Conceituação e análise de gêneros textuais podem ser encontradas em, por exemplo, Meurer e Motta-Roth (2002) e Meurer, Bonini e Motta-Roth (no prelo).

consciente” (COHEN 1989, p. 236). Saber uma regra significa “saber como proceder” (GIDDENS, 1979, p. 67, mencionando Wittgenstein). Por outro lado, o aspecto semântico, ou de *significação*, das regras se refere aos “significados discursivos e tácitos que os agentes atribuem às suas próprias atividades e às atividades dos outros, e aos contextos socialmente constituídos” (COHEN, 1989, p. 236). No diagrama generalista, identificado pela figura 2, as *relações* que perfazem a estruturação social podem ser fortes e livres, conforme representadas pela espessura das linhas.



Figura 2 – Diagrama Generalista de Relação entre regras e recursos e respectivas estruturas de legitimação, significação e dominação.

Giddens observa algumas características das regras no que diz respeito às estruturas sociais: as regras sociais “estão sujeitas a uma diversidade de contestação muito mais ampla do que as regras de um jogo”, por exemplo; e, mais importante, as regras são sempre associadas a práticas, não podendo tampouco existir independentemente de recursos (GIDDENS, 1984, p. 18).

A instanciação dos dois aspectos das regras, juntamente com recursos (discutidos na próxima seção) dá origem à *dualidade da estrutura*. Isto significa que a efetivação de regras e recursos (em práticas sociais específicas) constitui ao mesmo tempo o *meio* e o *resultado* das práticas sociais. Em outras palavras, à medida que os indivíduos agem no mundo, fazem uso de – e ao mesmo tempo

recriam – estruturas sociais específicas¹⁴. O processo é semelhante ao uso da linguagem: cada vez que alguém produz um texto, a lexicogramática – entre outros elementos que viabilizam o uso da linguagem – constitui o meio ou condição para produzir o texto e ao mesmo tempo o resultado ou produto. Em outras palavras, ao mesmo tempo em que a lexicogramática permite (é o *meio* para) a construção de textos, é reproduzida (é o *resultado*) ao se construir um texto. De forma semelhante, as estruturas existentes são reconstruídas constantemente, envolvendo sempre as três dimensões representadas na Figura 1: regras e recursos, atribuições de papéis identitários e práticas sociais.

Note-se que as propriedades estruturadoras dos sistemas sociais não apenas restringem, mas também capacitam a ação humana, engendrando desta forma mudanças potenciais cada vez que uma prática social é instanciada. Qualquer tipo de estabilidade, conseqüentemente, é temporário. Entretanto, devido ao fato de que todas as ações implicam de alguma forma o uso de estruturas já existentes, em muitos contextos as mudanças não acontecem com facilidade.

Como a face normativa das regras constitui propriedades estruturadoras? Para responder esta questão, vamos tomar como exemplo a força normativa de um possível projeto “defesa de mísseis” nos Estados Unidos, como aquele mencionado no texto de Chomsky. Caso um projeto dessa natureza seja aprovado (a aprovação em si já constitui uma regulamentação e, é claro, envolve significações) pelo congresso dos Estados Unidos, resultará em um grande número de normas e conseqüências práticas: contratos entre governo e companhias de engenharia e alta tecnologia, especificação de locais de fabricação, construção de plataformas de lançamento, etc. Portanto, o aspecto normativo das regras tem um papel estruturador porque está profundamente envolvido na (re)produção de atividades humanas, em diferentes práticas sociais. Ou seja, as propriedades estruturadoras das normas se materializam nas ações e identidades dos indivíduos e das instituições. Ações e identidades são em grande parte orientadas por regulamentações, que têm força estruturadora porque estabelecem o que se espera que os agentes humanos façam, ou não façam.

Da mesma forma, como as significações – a face semântica da regras – constituem propriedades estruturadoras? Como adquirem o poder de “organizar” a

¹⁴ Alinhados a esta perspectiva, Chouliaraki e Fairclough (1999, p. 32) observam apropriadamente: “Os sistemas sociais são simultaneamente a precondição da ação social e os produtos da ação social”.

ação humana? Uma resposta pode ser iniciada com a seguinte afirmação: *pensamentos provocam ações* (CASTI, 2003; BOHM, 1994). No entanto, os pensamentos estão ligados a significações e são as significações, na verdade, que levam à ação. É desta forma que exercem poder estruturador. Vamos examinar algumas significações construídas no texto de Chomsky para, em seguida, especificar mais claramente essa forma de poder. Utilizo aqui processos do sistema de transitividade da LSF. A contagem da ocorrência desses processos revela que 46,27% são materiais; 29,85% relacionais; 19,40% mentais; e 4,48% verbais. Isto significa que quase a metade (46,27%) do total das significações criadas por Chomsky em seu comentário avaliativo/exortativo representa ações, seguidas de atributos¹⁵ específicos (29,85%), operações mentais (19,40%) e atividades verbais (4,48%). Dentro da totalidade dos processos materiais nesse texto, 72,73% estão ligados a ações do governo dos Estados Unidos e seus aliados. Em conjunto, esses processos criam um quadro mais ou menos dantesco: “bloquear”, “usar a força”, “controlar”, “esmagar”, “explorar”, “atirar”, “destruir”, “espancar”, “estuprar”, “assassinar”. Por outro lado, há apenas uma ocorrência de processo mental atribuída aos Estados Unidos, ou seja, “esperar”, em uma oração encaixada (aqueles que esperam¹⁶ usar a força) que segue a classificação dos ataques como “um presente para a direita mais reacionária, aqueles que esperam usar a força”. Em termos desses processos materiais e do processo mental, a significação geral que Chomsky cria neste texto é a de um governo que pratica ações criminosas e atrocidades, que tem força física, mas não intelecto.

Por intermédio de significações, Chomsky critica o governo dos Estados Unidos e busca realçar as práticas do governo que se apoiam em outras significações fabricadas pelo próprio governo. A exploração de significações pode ser vista talvez com maior clareza no uso dos processos relacionais. Dois aspectos diferentes da identidade nacional, e conseqüentes práticas potenciais, emergem do texto dependendo das significações a serem adotadas a respeito dos ataques: se aquelas que Chomsky diz visualizar ou se aquelas – conforme Chomsky – propostas pelo governo dos Estados Unidos. O processo relacional “foram”, usado após o tema “os ataques de hoje” na primeira oração, aponta para o atributo “grandes atrocidades”.

¹⁵ Os atributos são os complementos dos processos relacionais, e.g.: “grandes atrocidades”, “horrendo”.

¹⁶ Na verdade, trata-se de uma locução verbal e “esperar” poderia ser analisado como parte do processo “usar a força”, neste caso, material.

Apesar de Chomsky começar o texto com esta avaliação negativa, ela não passa de uma concessão, pois a segunda oração restringe sua significação: “Em termos de número de vítimas, o ataque não chega ao nível de outras tragédias como, por exemplo, o bombardeio do Sudão pelo governo Clinton”. O uso da negação (“não”) é notável, pois é um elemento lingüístico catalítico na criação de significados opostos. Uma nova negação explícita volta a ocorrer em um processo relacional no último parágrafo: “não se trata de uma guerra da democracia contra o terror – o que vão tentar fazer o mundo acreditar nos próximos dias”. E como negações regularmente predizem correção (WINTER, 1977), Chomsky de fato acrescenta um novo complemento ao processo relacional “trata-se” (um sinônimo de “é”) para corrigir a afirmação anterior com uma citação de Robert Fisk:

Trata-se também de mísseis [dos Estados Unidos] esmagando lares de palestinos e helicópteros [dos Estados Unidos] atirando em uma ambulância no Líbano em 1996 e bombas [dos Estados Unidos] destruindo uma pequena vila chamada Qana e uma milícia libanesa – paga e uniformizada por Israel, um aliado dos Estados Unidos – espancando, estuprando e assassinando tudo o que passava pela frente até em campos de refugiados.

Em seguida a esta citação, Chomsky enfatiza o lado negativo da identidade do governo dos Estados Unidos acrescentando à correção uma oração existencial: “E há mais, muito mais”. Há ainda outras significações construídas no texto por intermédio de processos relacionais: “Os eventos de ontem revelam, dramaticamente, a bobagem de idéias sobre ‘defesa de mísseis’”; “A ‘defesa’ é um pretexto fraco para planos de militarização do espaço”, e “o crime é um presente para a direita mais reacionária”.

Na ampliação de contexto que estou propondo, o importante na análise não é apenas apontar as normas e as significações em si, mas como elas – conforme a teoria da estruturação – exercem papel estruturador e se interconectam com as práticas que daí derivam. No texto de Chomsky, os conjuntos de significações conflitantes têm o potencial para conduzir a práticas marcadamente diferentes. Em seu segundo parágrafo, Chomsky afirma: “Mas os eventos de hoje irão [...] ser usados para aumentar a pressão para se desenvolver [...] planos de militarização do espaço”. Na verdade, são os significados atribuídos aos eventos que serão *usados para aumentar a pressão* e se manifestarão, portanto, como elementos estruturadores de práticas que se seguirão. Assim sendo, caso o governo dos Estados

Unidos venha a implementar práticas fundamentadas nas significações atribuídas por Chomsky aos eventos de 11 de setembro, tentará *entender os fatos* e não buscará soluções baseadas em poderio militar. Por outro lado, caso o governo dos Estados Unidos venha a implementar práticas fundamentadas nas significações que Chomsky atribui a esse governo, as “soluções” serão, sim, baseadas em poderio militar. Tal é o poder das significações como propriedades estruturadoras da ação humana.

6 RECURSOS COMO PROPRIEDADES ESTRUTURADORAS: ALOCAÇÃO E AUTORIZAÇÃO

De forma semelhante às regras, os recursos são propriedades das estruturas e estão implicados na reprodução da vida social. Assim sendo, são também *meio* e *resultado* dos processos de estruturação. Sem recursos não há poder e não há ação. Os recursos são também caracterizados por duas dimensões que se interligam: *recursos alocativos*, ou simplesmente *alocação*, que resultam de posses materiais, i.e., do “controle de produtos materiais ou aspectos do mundo material”, e *recursos autoritativos*, ou simplesmente *autorização* “que derivam da coordenação da atividade dos agentes humanos” (GIDDENS, 1984, p. 17). Mais especificamente, a alocação (GIDDENS, 1984, p. 258) engloba as capacidades que geram controle sobre:

- Características materiais do ambiente (matéria prima, fontes de poder material).
- Meios de produção/reprodução material (instrumentos de produção, tecnologia).
- Produtos manufaturados (artefatos criados pela interação dos dois itens anteriores).

e a autorização (ibid.) inclui capacidades que geram controle sobre:

- A organização do tempo-espço social (a constituição temporal-espacial de rotas e regiões [pelas quais as pessoas circulam]).
- A produção/reprodução do corpo (organização e relação de seres humanos em associação mútua).
- A organização de oportunidades de vida (constituição de oportunidades de desenvolvimento e expressão pessoais).

De forma semelhante às regras, os recursos não são processos estruturadores isolados. Ao contrário, a mobilização de recursos implica igualmente a mobilização de regras: da mesma forma em que as regras não podem ser conceituadas à parte de recursos, os recursos também são afetados pelas regras. Portanto, os recursos não são apenas adicionais às regras, mas meios por intermédio dos quais as regras são implementadas em práticas sociais (GIDDENS, 1979).

Como não há ação sem recursos, os recursos estão também diretamente implicados na geração e manutenção do poder. Assim sendo, “os recursos são a ‘base’ ou os ‘veículos’ do poder” (GIDDENS, 1979, p. 69). Os indivíduos e as instituições se apóiam nessas “bases” para se engajar em práticas sociais, para desempenhar diferentes papéis, e para “controlar” o fluxo de ações e interações com outros indivíduos e instituições (COHEN, 1989). Resultando da interação, muitas vezes intercontextual, de recursos e regras, “o poder é gerado por formas definidas de dominação paralelamente ao envolvimento de regras com práticas sociais, e, deveras, como um elemento integral dessas práticas” (GIDDENS, 1979, p. 69). Todas as formas de prática social, portanto, envolvem alguma forma de poder. Assim sendo, todos os indivíduos e todas as instituições têm alguma forma de poder, apesar de alguns/umas serem muito mais poderosos/as do que outros/as. E se tanto os indivíduos como as instituições têm estreitas ligações com recursos, ou falta deles, não faz sentido ignorar tal face das identidades e das práticas.

Todos os textos envolvem também algum tipo de recurso. No texto de Chomsky, embora não haja epítetos ou classificadores acrescentados ao seu nome, os/as leitores/as poderiam antecipar, na época de sua publicação logo após o 11 de setembro, que se tratava de comentários críticos sobre os ataques ao World Trade Center porque o autor é conhecido por sua análise fustigante das políticas do governo dos Estados Unidos. Como tal, Chomsky tem angariado recursos autoritativos para expressar publicamente seus pontos de vista e desafiar, com legitimidade, as significações do envolvimento dos Estados Unidos e seus projetos e políticas nacionais.

Na ampliação de contexto que estou elaborando, proponho que focalizemos ainda mais explicitamente em LSF e ACD a interligação dos elementos textuais com as práticas humanas em contextos e em intercontextos atuais. Precisamos evidenciar numa variedade crescente de gêneros textuais quem mantém mais poder, por que e como, isto é, através de que recursos e de que formas de significação, ideologicamente

mobilizadas, para servir interesses específicos¹⁷. No caso do texto de Chomsky, tanto recursos alocativos como autoritativos podem ser examinados, por exemplo, em relação às ações dos Estados Unidos de “bloquear um pedido para abrir inquérito nas Nações Unidas”, “aumentar a pressão para se desenvolver [projetos de armamento] e colocá-los em prática”, ou “tentar entender o que se passou”.

7 ESTRUTURAS DE LEGITIMAÇÃO, SIGNIFICAÇÃO E DOMINAÇÃO

Em sua função de propriedades estruturadoras dos sistemas sociais, as regras e os recursos são implementados ou instanciados simultaneamente em diferentes domínios sociais: no nível pessoal, no nível institucional e no nível da sociedade em geral. Por exemplo, ações pessoais (e.g., a decisão de Clinton em atacar o Sudão) têm influência no nível institucional (e.g., o congresso dos Estados Unidos aprova Clinton) e eventualmente na ordem mundial (expande-se internacionalmente o impacto das ações do governo dos Estados Unidos, provocando ressentimentos e reações que podem perturbar pessoas em muitas partes do globo). Os diferentes níveis se interpenetram e se inter-influenciam. Nesses três níveis, dependendo das relações complexas entre normas/significações e alocação/autorização implicadas nas práticas sociais, diferentes identidades/distribuição de papéis identitários são instanciadas, diferentes relações são estabelecidas, e diferentes representações da “realidade” – e, portanto, diferentes significações – são criadas. Esses aspectos da vida social se influenciam mutuamente, levando à formação de *estruturas de legitimação*, *estruturas de significação* e *estruturas de dominação* socialmente interconectadas (figura 2).

As estruturas de legitimação (e.g., instituições legais) e as estruturas de significação (e.g., diferentes discursos) se relacionam bidirecionalmente, i.e.,

¹⁷ Pesquisadores tanto na LSF como na ACD têm obviamente buscado esta direção. Entretanto, precisamos ir além, distribuindo maior profusão de análises críticas evidenciando mais e mais que no mundo intercontextualizado atual continuamos a presenciar absurdos em termos da distribuição de recursos – legitimada pelo “mercado” – como, por exemplo, o fato de que “cerca de 1 bilhão e 200 mil pessoas vivem com menos de um dólar por dia, ou 2.8 bilhões de pessoas com menos de dois dólares por dia – mais de 45% da população do mundo” (STIGLITZ, 2002, p. 25); ou o fato de que uma determinada companhia japonesa patenteia uma planta medicinal brasileira (quebra-pedra) e vende depois a mesma planta em forma de remédio aos próprios brasileiros com grande lucro para a companhia japonesa (MARTINS, 2004); ou o fato de que os 20% dos brasileiros mais ricos detêm a posse de 90% das terras do país enquanto os 40% mais pobres dispõem de 1% (RODRIGUES, 2002).

moldam e são moldadas por elementos normativos e códigos de significação, respectivamente, conforme esses são implementados por indivíduos desempenhando papéis em diferentes práticas sociais. De maneira semelhante, as estruturas de dominação – políticas, econômicas, teóricas, intelectuais, etc. – se interconectam aos recursos alocativos e autoritativos utilizados pelos indivíduos envolvidos em papéis e identidades em práticas diversas.

Como também é sugerido pelas flechas bidirecionais na figura 2, existe uma estreita relação de interdependência entre estruturas de legitimação, significação e dominação. Portanto, normas e significações que podem se originar (intercontextualmente) em diferentes ambientes sociais podem ser legitimadas em uma determinada prática, por intermédio do uso de recursos alocativos e/ou autoritativos. Ou, o uso de diferentes recursos em determinadas práticas pode ser legitimado por determinadas significações. Por exemplo, no texto de Chomsky, temos a referência à seguinte prática inusitada: “uma milícia libanesa – paga e uniformizada por Israel, um aliado dos Estados Unidos – espancando, estuprando e assassinando tudo o que passava pela frente até em campos de refugiados”. O que a milícia libanesa supostamente fez, de acordo com Chomsky, pode ter sido legitimado por significações construídas em Israel e nos Estados Unidos a respeito do povo palestino. É importante investigarmos e discutirmos que tipos de significações legitimam que tipo de dominação e vice-versa.

Sempre que estruturas de dominação são mobilizadas, estruturas de legitimação e de significação podem ser reforçadas em uma constante interação entre regras e recursos, implementos em práticas sociais. Por exemplo, se o congresso dos Estados Unidos, conforme o texto de Chomsky, usou recursos autoritativos para bloquear um inquérito sobre os bombardeios ordenados por Clinton no Sudão, reforçou a legitimidade da ação do presidente dos Estados Unidos bem como das significações que são atribuídas ao poderio deste país. Entretanto, da mesma forma em que as estruturas de dominação podem levar à (re)produção e à legitimação de diferentes regras, as estruturas de legitimação e significação podem afetar as estruturas de dominação, reproduzindo-as ou desafiando-as. Nesse processo, cria-se o potencial para mudanças sociais. Por exemplo, em seu texto Chomsky desafia significados relativos à estrutura de dominação dos Estados Unidos por intermédio do questionamento das significações que o governo do país atribui aos ataques de 11 de setembro. Talvez se tivéssemos maior número de pessoas questionando por meio de textos diversos as práticas pouco éticas no mundo atual, teríamos um maior potencial de desafiar tais práticas e eventualmente cooperar para mudanças.

Como observado por Giddens (1984, p. 31) e sugerido na figura 2, “as estruturas de significação devem ser compreendidas sempre em conexão com estruturas de dominação e legitimação”. Para compreendermos quais estruturas de dominação e de legitimação estão em jogo é essencial investigar – e divulgar ao grande público – as diferentes significações que são atribuídas a “fatos” idênticos tais como os ataques de 11 de setembro no texto de Chomsky¹⁸. Isso nos ajudaria também a entender melhor talvez o que motiva a ação humana, como o mundo é estruturado e como resistir ou verbalmente nos opor a tais estruturas. Porque as estruturas são socialmente construídas, o que os indivíduos consideram legítimo ou não e os significados que atribuem a objetos, eventos e fenômenos variam dependendo das formas de dominação, legitimação e significação envolvidas. Tanto a LSF como a ACD nos dão subsídios para mostrar que a linguagem está diretamente envolvida em tais processos. Entretanto, porque não temos ainda teorização sociocultural sistemática sobre a interligação da linguagem com as estruturas sociais mais abrangentes, tais processos não foram ainda suficientemente explorados.

8 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das preocupações mais importantes tanto da LSF como da ACD é estabelecer relações claras entre linguagem e contexto. Como observei na introdução, um dos princípios fundamentais da LSF é relacionar as redes semânticas a especificações contextuais “**acima**” dos significados, em termos de “categorias de alguma teoria social geral ou teoria de comportamento”, e “**abaixo**” (HALLIDAY, 1973, p. 69), em termos de elementos da lexicogramática. Avanços importantes vêm acontecendo neste campo com o desenvolvimento e aplicação, na LSF, das noções de *contexto da situação* (relacionado ao registro) e *contexto da cultura* (relacionado ao gênero textual) e, na ACD, com a interpretação da linguagem como *prática social* (HALLIDAY, 1978; FAIRCLOUGH, 1989, 1995; MEURER, 2002a, 2002b). Todavia, enquanto o nível de profundidade (“delicadeza”, no sentido de Halliday) é bastante alto em termos de estabelecer interconexões entre as variáveis do contexto da situação (campo, relações e modo), metafunções específicas da linguagem (experiencial, interpessoal e textual) e os sistemas correspondentes de opções

¹⁸ Um número especial do periódico *Discourse & Society* de 2004 sobre o 11 de setembro caminha nesta direção, mas esta é uma publicação profissional (em inglês) e de pouco alcance público.

lexicogramaticais (transitividade, modo verbal e tema/rema), não existe um nível de profundidade igual de análise no que diz respeito ao contexto da cultura, ou seja, às estruturas sociais mais amplas – “acima” – que influenciam o discurso.

A maioria dos pesquisadores na ACD incorpora consensualmente o princípio de Halliday sobre contexto às suas investigações a respeito de aspectos menos visíveis do uso da linguagem em especial a questões de ideologia e sua inter-relação com a reprodução e a manutenção de formas de domínio de uns sobre outros (FAIRCLOUGH, 1989). Creio que o enquadre teórico que apresentei neste trabalho possa ser uma opção – a ser aprofundada – em direção a uma análise mais detalhada da interação entre linguagem e o contexto mais amplo, com base em uma teoria social. As noções sociológicas da teoria da estruturação que acabo de apresentar podem auxiliar os analistas do discurso a investigar como as regras (normas e significações), juntamente com recursos (alocação e autorização), se interconectam com diferentes práticas discursivas. A teoria da estruturação pode auxiliar a explicar como a linguagem se mescla com as estruturações sociais e funciona como condição e resultado de práticas humanas específicas, reforçando-as ou desafiando-as.

Embora os atores humanos, incluindo os analistas do discurso tanto em LSF como na ACD, disponham de uma enorme quantidade de conhecimentos que lhes permitem “ir em frente” no mundo, o conhecimento é sempre limitado a certos textos e contextos que direta ou indiretamente lhes chegam ao alcance. Todas as significações são, conseqüentemente, também limitadas. E porque as significações e formas da legitimação e dominação são socialmente construídas e muitas vezes um tanto obscuras, um dos objetivos da LSF e da ACD continua sendo construir mais conhecimento explícito sobre os conjuntos de significações bem como sobre as normas e os recursos que de uma forma ou outra moldam as práticas humanas.

O mundo é, em alguns contextos, caracterizado por estruturas perversas. Princípios sociológicos como aqueles que discuti neste trabalho podem contribuir para uma compreensão mais clara sobre quais estruturas de significação são legitimadas para o benefício ou vantagem de que formas de alocação e autorização. Minha utopia é que as teorizações e métodos de análise de práticas discursivas desenvolvidos na LSF e na ACD possam ser expandidos e venham a ter resultados positivos derivados da compreensão dos indivíduos a respeito dessas estruturas. Essas teorizações e métodos podem auxiliar a perceber relações de causa e conseqüência entre a linguagem e o contexto da cultura, levando à reflexão

sociologicamente fundamentada sobre identidades, sobre significações e formas de dominação. Isso pode legitimamente auxiliar na condução de “políticas de vida” (GIDDENS, 1991, p. 209-233) mais democráticas nos contextos imediatos e nos intercontextos mais amplos das práticas humanas. A linguagem é a “arma”.

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, M. M. Os gêneros do discurso. In: _____. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 1992 [1953]. p. 275-326.
- BOHM, D. **Thought as a system**. London; New York: Routledge, 1994.
- BUTT, D.; FAHEY, R.; FEEZ, S.; SPINKS, S.; YALLOP, C. **Using Functional Grammar: an explorer's guide**. 2nd. Ed. Sydney: Macquarie University, 2001.
- CASTI, J. L. **How history happens, or – why the conventional wisdom is always wrong**. Palestra apresentada no Centre for Language in Social Life, Macquarie University, Sydney, 2003.
- CHOMSKY, N. On the bombings, 2001. <<http://www.zmag.org>>, consulted September 23, 2001.
- CHOULIARAKI, L.; FAIRCLOUGH, N. **Discourse in Late Modernity**. Rethinking Critical Discourse Analysis. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.
- COHEN, I. J. **Structuration theory – Anthony Giddens and the constitution of social life**. New York: St. Martin's Press, 1989.
- EGGINS, S. **An introduction to Systemic Functional Linguistics**. London: Pinter, 1994.
- FAIRCLOUGH, N. **Language and power**. London: Longman, 1989.
- _____. **Discourse and social change**. Cambridge: Polity Press, 1992.
- _____. Critical Discourse Analysis and the marketization of public discourse: the Universities. **Discourse & Society**, v. 4, n. 2, p. 133-168, 1993.
- _____. **Critical Discourse Analysis: the critical study of language**. London: Longman, 1995.
- _____. ; WODAK, R. Critical Discourse Analysis. In: VAN DIJK, Teun A. (Ed). **Discourse and social interaction**. London: Sage, 1997. 2 v: v. 2., p. 258-284.
- GIDDENS, A. **Central problems in sociological theory**. Berkeley: University of California Press, 1979.

_____. **The constitution of society**. Cambridge: Polity Press, 1984.

_____. **Modernity and self-identity**. Cambridge: Polity Press, 1991.

_____; PIERSON, C. **Conversations with Anthony Giddens**. Making sense of modernity. Stanford: Stanford University Press, 1998.

HALLIDAY, M. A. K. **Explorations in the functions of language**. London: Edward Arnold, 1973.

_____. **Language as social semiotic**. London: Edward Arnold, 1978.

_____. **An introduction to Functional Grammar**. 2nd Ed. London: Edward Arnold, 1994.

_____. ; HASAN, R. **Language, context, and text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. Oxford: Oxford University Press, 1989.

HASAN, R. What's going on: a dynamic view of context in language. In: CLORAN, C; BUTT, D.; WILLIAMS, G. (Eds.). **Ways of saying, ways of meaning**. London: Cassell. 1996.

_____. Speaking with reference to context. In: GHADDESSY, M. (Ed.). **Text and context in Functional Linguistics**. Amsterdam; Filadelfia: John Benjamins, 1999. p. 219-328.

_____. Analysing discursive variation. In: YOUNG, L.; HARRISON, C. (Eds.). **Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis**. Studies in social change. London; New York: Continuum, 2004. p. 15-52.

HEBERLE, V. M. **An investigation of textual and contextual parameters in editorials of women's magazines**. Tese (Doutorado em Letras/Inglês) – PGI/Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1997.

_____. Questões de gênero e identidade no discurso da mídia. In: GRIGOLETTO, M.; CARMAGNANI, A. M. G. (Orgs.). **Inglês como língua estrangeira: identidades, práticas e textualidade**. São Paulo: Humanitas/USP, 2001. p. 91-110.

IEDEMA, R. Multimodality, resemiotization: extending the analysis of discourse as multi-semiotic practice. **Visual communication**, v. 2, n. 1, p. 29-57, 2003.

LEMKE, J. L. Textuality and mediation of social control. In: INTERNATIONAL SYSTEMIC FUNCTIONAL CONGRESS, 28th: Interfaces: Systemic Functional Grammar and Critical Discourse Analysis. **Abstract book**. ISFC28. Ottawa: Carleton University, 2001. p. 26-27.

MARTIN, J. R. Language, register and genre. In: CHRISTIE, F. (Ed.). **Language studies: children writing leader**. Geelong, Victoria: Deakin University, 1984. p. 21-30.

_____. **Factual writing: exploring and challenging social reality.** Oxford: Oxford University Press, 1989.

MARTINS, C. A. A (des)construção identitária do saber popular no discurso científico. Comunicação apresentada (em Sessão Coordenada) no I SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO, na Universidade de Brasília. Brasília, 27 a 29 de outubro, 2004.

MEURER, J. L. Aspectos do componente sociológico do ensino da linguagem. **Intercâmbio**, v. 8, p. 129-134, 1999.

_____. O conhecimento de gêneros textuais e a formação do profissional da linguagem. In: FORTKAMP, M. B. M.; TOMITCH, L. M. B. (Orgs.). **Aspectos da Linguística Aplicada: estudos em homenagem ao Prof. Hilário I. Bohn.** Florianópolis: Editora Insular, 2000. p. 149-166.

_____. Uma dimensão crítica do estudo de gêneros textuais. In: MEURER, J. L.; MOTTA-ROTH, D. (Eds.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem.** Bauru, SP: EDUSC, 2002a. p. 17-29.

_____. Identidades, práticas sociais e estrutura social: uma base tri-dimensional para a conscientização discursiva do profissional da linguagem. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LINGÜÍSTICA APLICADA, 6.: A Linguagem como Prática Social. **Anais em cd-rom...** Belo Horizonte: UFMG/ALAB, 2002b.

_____. Role prescriptions, social practices, and social structures: a sociological basis for the contextualisation of analysis in SFG and CDA. In: YOUNG, L.; HARRISON, C. (Eds.). **Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis.** Studies in Social Change. London; New York: Continuum, 2004. p. 85-99.

_____.; MOTTA-ROTH, D. (Eds.). **Gêneros textuais e práticas discursivas: subsídios para o ensino da linguagem.** Bauru, SP: EDUSC. 2002.

_____.; BONINI, A.; MOTTA-ROTH, D. (Orgs.). **Gêneros sob perspectivas diversas.** São Paulo: Parábola Editorial. (no prelo)

MOITA LOPES, L. P. da. **Identidades fragmentadas.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

_____. Introdução – socioconstrutivismo: discurso e identidades sociais. In: MOITA LOPES, L. P. da. (Org.). **Discursos de identidades.** São Paulo: Mercado de Letras, 2003. p. 13-38.

REICHMANN, C. L. **Reflection as social practice: an in-depth linguistic study of teacher discourse in a dialogue journal.** Tese (Doutorado em Letras/Ingês) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2001.

RODRIGUES, F. A. **A Linguistic Investigation into the representation of the landless movement (MST) in the press**. Tese (Doutorado em Letras/Ingês) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

STIGLITZ, J. **Globalization and its discontents**. London: Penguin Books. 2002.

WINTER, E. O. A clause relational approach to English texts: a study of some predictive lexical items in written discourse. **Instructional science**, v. 6, p. 1-93, 1977.

WODAK, R. **Disorders of discourse**. New York: Addison Wesley; Longman Limited, 1996.

_____.; DE CILLIA, R.; REISIGL, M.; & LIEBHERT, K. **The discourse construction of Austrian national identity**. Edimburgo: Edinburgh University Press, 1999.

Recebido em 24/08/04. Aprovado em 20/10/04.

Title: Building further context in Systemic Functional Linguistics and Critical Discourse Analysis

Author: José Luiz Meurer

Abstract: Despite all the advances achieved by Systemic Functional Linguistics (SFL) and Critical Discourse Analysis (CDA) in the description of the pervasive relationship between language and social context, there is still a need to pursue further theorizing on the issue. In this paper I explore aspects of Giddens' structuration theory as contextualization tools in discourse analysis. Concentrating on rules and resources as structuring properties of social life, I illustrate how they may be used to supplement analyses in SFL and CDA by discussing aspects of meanings as instantiated in a text by Noam Chomsky, 'On the Bombings', of September 11, 2001. I also introduce the notion of intercontextuality to refer to contexts that cut across other contexts. My main concern is to attempt to expand the body of knowledge on the interrelationship between language and social structuring.

Keywords: social context; systemic functional linguistics; critical discourse analysis; structuration theory.

Titre: Donnant de l'ampleur à la notion de contexte dans la linguistique systémique-fonctionnelle et dans l'analyse critique du discours

Auteur: José Luiz Meurer

Résumé: Malgré tout le progrès réalisé par des chercheurs en Linguistique Systémique-Fonctionnelle (LSF) et en Analyse Critique du Discours (ACD) dans la description de la relation étroite entre le langage et le contexte social, on peut encore vérifier le besoin de théorisations plus larges sur cette question. Dans cet article, je développe des aspects de la théorie de la structuration de Giddens servant comme des outils pour l'analyse du contexte dans les études du discours. En me concentrant dans les règles et recours comme propriétés qui font la structure de la vie sociale, je donne des exemples pour démontrer comment ces notions peuvent être utilisées pour spécifier des éléments contextuels en SFL et ACD. Avec cet objectif, j'analyse certains aspects d'un texte de Chomsky, "Sur les Bombardements", daté du 11 Septembre, 2001. Je présente aussi la notion d'intercontextualité

pour recourir aux contextes qui s'intercroisent avec d'autres contextes. Mon souci central est celui d'essayer d'étendre les connaissances sur l'inter-relation entre langage et structuration sociale.

Mots-clés: contexte social; Linguistique Systémique-Fonctionnelle; Analyse Critique du Discours; théorie de la structuration.

Título: Ampliando la noción de contexto en la lingüística sistémico-funcional y en el análisis crítico del discurso

Autor: José Luiz Meurer

Resumen: A pesar de todos los avances realizados por investigadores en la Lingüística Sistémico-Funcional (LSF) y en el Análisis Crítico del Discurso (ACD), en lo que concierne a la descripción de la estrecha relación entre el lenguaje y el contexto social, se verifica aún la necesidad de teorías más amplias sobre dicha cuestión. En este artículo examino aspectos de la teoría de la estructuración de Giddens como herramientas para el análisis del contexto en estudios del discurso. Concentrando mi atención en las reglas y recursos como propiedades de estructuración de la vida social, ejemplifico cómo se pueden usar esas nociones para especificar elementos contextuales en la LSF y ACD. Por lo tanto, analizo aspectos de un texto de Chomsky, "Sobre los Bombardeos", del 11 de septiembre, 2001. Presento también la noción de intercontextualidad para referirme a contextos que se entrecruzan con otros contextos. Mi preocupación central es intentar expandir los conocimientos sobre la inter relación entre lenguaje y estructuración social.

Palabras-clave: contexto social; lingüística sistémico-funcional; análisis crítico del discurso; teoría de la estructuración.